



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1865287 - SP (2019/0340556-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
RECORRENTE : ASSOCIACAO DOS SERV DO PODER JUD DO EST DE SAO PAULO  
ADVOGADOS : HÉLIO NAVARRO DE ALBUQUERQUE NETO - SP262656  
JOÃO OTÁVIO TORELLI PINTO - SP350448  
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : GABRIEL DA SILVEIRA MENDES - SP329893  
RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV  
PROCURADOR : PAULO DE TARSO NERI - SP118089

### EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. AÇÃO PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO ESPECÍFICA E ROL DOS ASSOCIADOS. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSOJURIS, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça Estadual, assim ementado (e-STJ fl. 206):

Funcionalismo – Recálculo do adicional de qualificação - Ilegitimidade da Associação proponente dada a ausência de autorização específica e rol de associados quando do ajuizamento da ação coletiva – Precedentes dos Tribunais Superiores e deste E. Tribunal de Justiça – Tese em repercussão geral nº 499 - Necessidade de autorização expressa dos associados e lista na fase de conhecimento – Inteligência do art. 2º-A, da Lei Federal nº 9.494/1997 - Extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI do CPC/15 – Apelo fazendário provido e apelo da autora prejudicado.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fl. 259).

A parte recorrente alega violação dos arts. 17 e 18 do Código de Processo Civil/2015; 5º, V, da Lei 7.347/1985; e 82 e 91 da Lei 8.078/1990, argumentando, em síntese, que possui legitimidade ativa, pois "**O ÚNICO REQUISITO EXIGIDO POR LEI para o ingresso em juízo na defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos é que as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano incluam entre seus fins institucionais a defesa de tais interesses e direitos**" (e-STJ fl. 233, grifos no original).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 274-278).

É o relatório. Decido.

O recurso em apreço não merece prosperar.

Da leitura do acórdão recorrido verifica-se que o Tribunal de origem não emitiu qualquer juízo acerca da suposta violação dos arts. 17 e 18 do Código de Processo Civil/2015; 5º, V, da

Lei 7.347/1985; e 82 e 91 da Lei 8.078/1990.

Logo, não foi cumprido o necessário e indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal do recorrente, a despeito da oposição dos embargos de declaração.

Assim, incide no caso o enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça, *verbis* :

Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*.

Ainda que ultrapassado o óbice anterior, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos Extraordinários 573232 e 612043, em sede de Repercussão Geral, assentou compreensão segundo a qual nas execuções individuais de sentença coletiva devem ser obedecidos os limites subjetivos dentro dos quais o título executivo judicial foi constituído, ou seja, somente os beneficiados pela sentença de procedência, efetivamente representados pela associação de classe, mediante a comprovação da autorização expressa e da listagem de beneficiários, possuem legitimidade ativa para promover a execução do título judicial constituído na demanda coletiva. Consignou, ainda, que beneficiários do título executivo, no caso de ação proposta por associação, são aqueles que, residentes na área compreendida na jurisdição do órgão julgador, detinham, antes do ajuizamento, a condição de filiados e constaram da lista apresentada com a peça inicial.

Desse modo, delineada a substituição processual pelos Sindicatos e a representação processual pelas Associações, não se faz necessária a juntada da listagem dos substituídos para o ajuizamento de demanda coletiva proposta por sindicato, providência exigível em se tratando de ação ajuizada por Associação, exceto se se tratar de mandado de segurança coletivo.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS SEUS REQUISITOS PROCEDIMENTAIS. AÇÃO ORDINÁRIA COLETIVA PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA FILIAÇÃO DESDE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE CONHECIMENTO PARA SE BENEFICIAR DOS EFEITOS DO TÍTULO EXECUTIVO. ILEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA. ACÓRDÃO PARADIGMA: RE 612.043/PR, REL. MIN. MARCO AURÉLIO, DJE 6.10.2017, COM REPERCUSSÃO GERAL (TEMA 499). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO PARTICULAR REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado.

2. Do confronto entre a leitura da decisão embargada e da peça recursal, verifica-se, todavia, que a parte embargante, na realidade, não pretende qualquer integração da decisão, mas sim a sua reforma, objetivo que extrapola a finalidade do recurso utilizado.

3. No presente caso, a combatividade demonstrada na peça recursal indica a não conformação da parte com o resultado obtido através da prolação da decisão embargada, hipótese que não encontra amparo legal para a interposição do Recurso Integrador, sendo certo que o objetivo real da parte embargante é simplesmente a reforma do decisum.

4. De todo modo, não é demais lembrar o entendimento desta Corte Superior de ser inegável o reconhecimento da extensão do direito perseguido a todos os Escrivães Eleitorais nos autos do processo de conhecimento, cuja decisão transitou em julgado, não sendo admissível o reexame da questão em sede de execução de sentença, sob pena de violação à coisa julgada.

5. Todavia, o Pretório Excelso, ao se pronunciar sobre o Tema 499, sob a sistemática da Repercussão Geral, no RE 612.043/PR, consignou a tese de que beneficiários do título executivo, no caso de ação proposta por Associação, são aqueles que, residentes na área compreendida na jurisdição do órgão julgador, detinham, antes do ajuizamento, a condição de filiados.

6. Observa-se que a parte ora embargante não consta na lista juntada aos autos da relação dos associados da ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS JURÍDICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA; logo, deve-se reconhecer a sua ilegitimidade ativa para propor Ação Executiva Individual na espécie, uma vez que não se beneficia do efeitos do título executivo judicial.

7. Assim, não havendo a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do

Código Fux, a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos e não podem ser ampliados.

8. Embargos de Declaração do Particular rejeitados. ( EDcl no REsp 1.451.393/SC, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 2/4/2019)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ILEGITIMIDADE DOS EXEQUENTES - SERVIDORES NÃO ASSOCIADOS NA ÉPOCA DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. JUÍZO DE RETRATAÇÃO (ARTIGO 1.030, II, DO CPC/2015). REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1 - A Corte Especial deste Superior Tribunal, no julgamento do EREsp 766.637/RS, de relatoria da Ministra Eliana Calmon (DJe 1/7/2013), firmou entendimento no sentido de que as associações de classe e os sindicatos detêm legitimidade ativa ad causam para atuarem como substitutos processuais em ações coletivas, nas fases de conhecimento, na liquidação e na execução, sendo prescindível autorização expressa dos substituídos.

2 - Ocorre, todavia, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a repercussão geral da matéria, no RE 573.232/SC, (relator p/ acórdão Ministro Marco Aurélio, julgado em 14/5/2014, DJe de 19/9/2014), modificou tal entendimento, decidindo que "as balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, é definida pela representação no processo de conhecimento, presente a autorização expressa dos associados e a lista destes juntada à inicial".

3 - Aludida orientação restou posteriormente ratificada pela Excelsa Corte, quando, também sob o regime de repercussão geral, asseverou, em maior extensão, que "beneficiários do título executivo, no caso de ação proposta por associação, são aqueles que, residentes na área compreendida na jurisdição do órgão julgador, detinham, antes do ajuizamento, a condição de filiados e constaram da lista apresentada com a peça inicial" (RE 612043, Relator Ministro Marco Aurélio, julgado em 10/5/2017, DJe de 6/10/2017)

4 - Dessarte, ao reconhecer a legitimidade da Associação/autora para defender o interesse de toda a categoria, assentando a desnecessidade da juntada de relação nominal dos filiados no momento do ajuizamento da presente demanda, o anterior acórdão proferido por esta Turma se mostra em dissonância com a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do referido recurso representativo da controvérsia, devendo, por isso, ser reformado quanto ao ponto.

5 - Juízo de retratação exercido nestes autos (artigo 1030, II, do CPC), para dar provimento ao recurso especial. ( REsp 1.588.340/DF, Relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 6/3/2020)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Majoro em 5% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, § 3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 02 de abril de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator